PANDEMIA: DIÁLOGOS E REVERBERAÇÕES NOS COTIDIANOS

Boletim FAEB
JULHO/2020

EDITORIAL

A pandemia do coronavírus afetou o mundo todo. Diante desse contexto, a Federação de Arte/Educadores do Brasil (FAEB) precisou repensar e reformular suas ações, tanto no que diz respeito ao campo das artes enquanto prática de resistência política e caminho para o enfrentamento do contexto de isolamento social, quanto no âmbito da representatividade dos profissionais voltados para o ensino/pesquisa das artes.

Entre as principais reformulações, aproveitamos este espaço para comunicar algumas mudanças que ocorreram em nossa gestão (2019/2020). Os queridos Daniel Bruno Momoli (vice-presidente) e Rosa Amélia Barbosa (diretora de articulação política) precisaram renunciar suas funções junto à FAEB. Em decorrência das renúncias, Juliano Casimiro, que representava a Diretoria de Relações Institucionais, assume o cargo de Vice-presidente da FAEB. Contamos também com a presença e colaboração de Ana Del Tabor, anteriormente representante do nosso conselho consultivo, que passa a assumir cargo junto à FAEB na Diretoria de Relações Institucionais.

Em busca de novas ações diante do novo contexto mundial, um dos aspectos importantes a ser ressaltado com relação a este ano é que não será realizado o ConFAEB 2020. Neste momento em que precisamos cuidar de nós e de todos, a diretoria da FAEB, em consonância com o pensamento das professoras e professores que formam os conselhos consultivo e fiscal, decidiu por realizar o Seminário de Arte/Educadores do Brasil, sobre o qual o leitor e a leitora encontrará detalhes nas páginas seguintes.

Esta edição do boletim FAEB vem comprovar que estamos vencendo as dificuldades, nos adaptando atentos e fortes, questionando e problematizando possíveis olhares, diálogos e reverberações que a Covid-19 faz emergir em nossos cotidianos, e consequentemente, na Arte e na Educação.

Neste sentido, primeiramente apresentamos a você, caro (a) leitor (a), nossas ações já realizadas ou em processo de construção para o ano de 2020. Como continuidade, o(a) convidamos para ver a entrevista da atriz e educadora Fernanda Azevedo a respeito da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, acompanhada pela ilustração temática de um poema especial do arte-educador, ator e poeta Augusto Neto.

Contamos também com a participação neste boletim da graduanda em licenciatura no curso de Artes Visuais (UFMS), Joyce Gomes, que dialoga sobre suas experiências cotidianas e leituras relacionadas a presença e representatividade da mulher negra no campo das artes, da política, da capoeira e da religião.

Ainda, lançamos nosso olhar para o trabalho desenvolvido pela graduanda em licenciatura no curso de Teatro (UFT), Raiane Costa, que articula as formas de expressão poesia e fotografia, voltando-se para questões que envolvem o corpo feminino, o autocuidado e a auto aceitação deste corpo na vida cotidiana, como caminhos possíveis de existência e resistência no mundo.

Finalizamos esta edição do nosso boletim FAEB com a divulgação e indicação de leitura da obra "Currículo Escolar: implicações políticas e ideológicas na seleção de conteúdos", de autoria do Prof. Dr. João Cardoso Palma Filho, lançada no ano de 2020 pela Editora CRV.

Nós da FAEB desejamos a você, uma ótima leitura deste boletim!

Roberta Puccetti - Presidente da FAEB

AÇÕES DA FAEB REALIZADAS

FAEB & AAESC

Apoio à Marcha Virtual pela Ciência no Brasil

Conversa com o Prof-Artes (Coordenação Nacional)

Em 29 de junho, através de convite da diretoria FAEB, com a participação de representantes regionais da FAEB, docentes e coordenadoras/es do Prof-Artes, foi realizada, por meio de live, reunião com a finalidade de responder as questões e problematizações levantadas a respeito do programa Prof-Artes e do edital 2020, para que seja possível a elaboração de um documento oficial a ser destinado ao Conselho Gestor do Prof-Artes apresentando as discussões abordadas, e assim, haja um posicionamento público por parte do conselho.

AÇÕES DA FAEB EM CONSTRUÇÃO

FAEB DE CARA NOVA!
Confira esta novidade em:
www.faeb.com.br/faeb

SEMINÁRIO FAEB

As experiências com o isolamento social e a efervescência dos eventos online levou a atual diretoria da FAEB a pensar seus procedimentos agregadores e fortalecedores da nossa rede de atuação no país. Na medida em que o contexto do isolamento encontrou o nosso desejo pelo fortalecimento dos EnreFAEB's emergiu o formato do SEMINÁRIO DA FEDERAÇÃO DE ARTE/EDUCADORES DO BRASIL, que tem por temática no ano 2020: Arte/Educação: utopias, distopias e heterotopias.

Para mais informações, acesse nosso site: www.faeb.com.br/faeb

Café-CLEA

O CLEA (Conselho Latino Americano de Educação pela Arte) em parceria com a FAEB, com o *Instituto Uruguayo de Educación por el Arte - Taller Barradas* e com o Instituto Distrital de las Artes (IDARTES), desde o Programa Crea de Bogotá, promovem a 3ª edição do encontro "Café-CLEA", que contará com a participação do seguintes convidados brasileiros, a dialogarem acerca da temática "*Educación Artística - Utopías y Realidades (en el contexto actual)*": Arão Nogueira, Ana Mae Barbosa e Lucimar Bello.
Data: 22 de agosto de 2020.
Horário: 16h.
Para mais informações, acesse nosso site: www.faeb.com.br/faeb

A Marcha pelas Artes é fruto da articulação entre representantes das Associações de Arte-Educadores em conjunto com a FAEB, resultando na criação da página online via facebook, que destina-se à difusão, comunicação e visibilidade das manifestações e produções - artísticas, estéticas, culturais, educacionais, científicas, sociais - da área, pensando ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Para mais informações, acesse: https://www.facebook.com/March a-pelas-Artes-105990937854711/?ref=page_internal

LEI DE EMERGÊNCIA CULTURAL

Entrevista com Fernanda Azevedo

Realização: Amanda Diniz

Fernanda, primeiramente, agradecemos sua participação nessa entrevista. Para iniciarmos, gostaríamos que você apresentasse o seu processo de formação, de pesquisa e de atuação no campo das artes e da cultura.

Então, em primeiro lugar eu sou Fernanda Azevedo, eu sou formada em Artes Cênicas, sou atriz formada na Unirio, Universidade do Rio de Janeiro. Tenho mestrado na Unesp, no Instituto de Artes da Unesp, na Universidade Estadual de São Paulo, em Teatro Documentário, em Artes, especialização especificamente eu trabalho na minha dissertação sobre Teatro Documentário, a atualidade dessa linguagem. Eu trabalho há muitos anos com uma companhia de teatro em São Paulo, eu vim do Rio pra cá já trabalhando com essa companhia que se chamava "Kiwi Companhia de Teatro", e hoje mudou de nome e se chama "Coletivo Comum". Então, a minha atuação profissional sempre foi como atriz, professora também de teatro, eu também sou formada em licenciatura em Artes, e pesquisadora teatral, só que desde que eu cheguei em São Paulo, isso já tem uns quatorze anos, que eu também sou militante da área da cultura e percebi muito rapidamente, desde o momento que eu cheguei, que se eu não tivesse um tempo, se eu não dedicasse um tempo da minha vida a entender como as coisas funcionam no campo da arte e da cultura no Brasil em especial, provavelmente eu não conseguiria trabalhar nessa profissão (risos). Então a militância é uma necessidade mesmo, entender um pouco sobre políticas públicas de cultura e entender como que a gente como sociedade civil organizada, como profissionais trabalhadoras e trabalhadores da cultura podemos nos organizar e organizar nossas demandas, e exigir inclusive do poder público ações pra esse setor. Bom, mas a minha profissão é essa, eu sou atriz e dou aulas também na Escola Livre de Teatro de Santo André, que é uma escola que está fazendo trinta anos e é uma escola pública, ligada à Secretaria de Cultura de Santo André. É uma escola que tem uma formação de quatro anos e lá eu tenho um núcleo, um núcleo de mulheres, o núcleo chama "Mulheres em movimento - Teatro e Sociedade", e nesse momento atualmente, eu integro a equipe de cultura de um mandato parlamentar da Deputada Estadual de São Paulo Isa Penna, do PSOL.

Atualmente, você acompanhou e contribuiu no processo de construção do PL 253/2020, projeto de Auxílio Emergencial da Cultura destinado ao estado de São Paulo. Descreva sobre este projeto de lei e qual sua relação, semelhanças e/ou diferenças no que diz respeito à Lei Aldir Blanc.

Bom, com relação ao projeto de lei 253, esse projeto de lei ele foi criado dentro da frente parlamentar em defesa da cultura. Eu sou integrante dessa frente desde que começou o mandato, da última legislatura, o mandato da Isa. Essa frente parlamentar ela já existiu em outros anos, mas ela foi recriada, refundada esse ano. Tem como presidente da frente a bancada ativista que é do PSOL e como vice-presidente a Isa Penna, a Erica Malunguinho, as duas são mandatos do PSOL, e o mandato da Leci Brandão. É composta também por outros deputados e deputadas de diversos partidos, suprapartidário.

Essa frente ela surge na Alesp pra contribuir com os trabalhos da Comissão de Educação e Cultura, tem várias comissões dentro da Alesp, temáticas, e a comissão de Educação e Cultura cuida dessas duas pautas que são pautas gigantescas. Em especial a questão da educação, é algo que enfim, que alguns deputados na Alesp tem se dedicado muito e a cultura também, mas como a cultura não tem assim uma comissão separada de cultura, a gente achou que valia a pena então criar essa frente que contribui com os trabalhos da comissão, onde a gente poderia levar somente os assuntos da cultura e debatê-los com mais profundidade.

Essa frente vem trabalhando muito, trabalhou muito no ano passado, e quando a gente estava justamente se preparando pra apresentar o relatório dos trabalhos do ano passado e fazendo toda a programação das lutas por políticas públicas desse ano, estávamos começando a organizar encontros temáticos, setoriais e tudo, veio à pandemia. Chegou o momento da pandemia, do isolamento social, nós percebemos que não tinha, ou pelo menos não encontramos, não consideramos satisfatória a resposta que a Secretaria de Cultura deu pra categoria, pra trabalhadores e trabalhadoras da cultura.

As linhas de crédito que foram oferecidas através do banco, do programa Desenvolve Cultura, pelo Secretário Estadual de Cultura Sérgio Sá Leitão, linha de crédito pra pequenos e médios empresários da cultura, a própria ideia de uma plataforma com conteúdo online, enfim, tudo isso, nada de verdade atendia uma base da produção, uma base dos trabalhadores que estão na produção de cultura. Então assim, não tinha nenhum auxílio individual pra esses trabalhadores que de uma hora pra outra se viram sem trabalho e sem possibilidade de renda nenhuma. De repente, de uma hora pra outra, a gente parou as nossas atividades logo no início do momento de isolamento social que foi decretado, ou seja, no dia quatorze ou treze de março se não me engano, e do dia pra noite várias pessoas que viram os seus trabalhos assim, as suas formas de ganha pão simplesmente terminarem, elas não tinham mais possibilidade de trazer dinheiro pra casa, pra pagar as contas, comida etc.. Então a gente começou a fazer um estudo de leis dentro da Frente, e chamamos para participar deste debate, além dos mandatos que compõem a Frente, os movimentos culturais do Estado de São Paulo.

Nós fizemos um chamado em algumas das listas que a gente faz parte, porque originalmente eu sou desses movimentos sociais, as pessoas que estão lá na frente também, que estão nos mandatos também vem desses movimentos de cultura. A gente fez um chamado pra uma reunião pra quem quisesse se juntar a nós pra a gente pensar o que seria um projeto de lei que a gente poderia protocolar com vários dos mandatos que compõem a frente na Alesp pra ser votado o mais rápido possível, ou seja, um projeto de uma lei emergencial pra cultura.

Nisso, todo o processo das leis, da 1075, do Projeto de Lei 1075, 1089, de outros projetos já estavam correndo no Congresso Nacional. Eu faço parte também de uma articulação, que é uma articulação nacional chamada "ATAC", uma articulação de artistas da cena, e nessa articulação já vinha se falando muito sobre esses projetos de lei federais que tinham aparecido justamente na Comissão de Cultura que foi presidida aí pela Benedita, tinha a Áurea Carolina do PSOL, e vários outros mandatos do PSOL, do PT, enfim, bastante variado.

Então a gente fez um estudo dessas leis federais, em especial a 1075 e a 1089, e a partir desse estudo a gente criou o Projeto de Lei 253, então ele é muito baseado sim nos pontos cruciais, principais dessas leis federais. Sendo mais explícita, falando sobre o PL 253, ele tem dois objetivos, um que é o auxílio aos trabalhadores da cultura, e a gente sabe que esses trabalhadores da cultura são muito mais do que artistas, os que criam, os que estão fazendo live agora. A gente está falando de técnicos, de pessoas que trabalham nas coxias dos teatros, enfim, de produtores, de um monte de gente que não necessariamente faz parte do processo da criação, mas que são trabalhadores da cultura, então é muita gente. O cálculo é de que é um número realmente bastante representativo de trabalhadores no estado de São Paulo. Esse é um setor que corresponde a 3,9% do PIB do estado de São Paulo, são em torno de um milhão, um milhão e meio de trabalhadores aqui no estado, sendo que a grande maioria desses trabalhadores/trabalhadoras são informais, ou seja, não tem carteira assinada. Então, era necessário que a gente pensasse num auxílio emergencial, assim como se pensa uma renda básica, para esses trabalhadores que ficaram sem nenhuma renda.

O que está escrito na letra da lei é isso, é um auxílio emergencial para esses trabalhadores então, de um valor de salário mínimo estadual. E tem um detalhe, diferente das leis que estavam colocadas no Congresso Nacional, no PL 253 a gente fala que o período pra esse auxílio é um período não somente do momento de isolamento, mas a gente sabe que essa é uma categoria que vai demorar a voltar ao trabalho, então seria durante todo o período em que as nossas atividades não pudessem ser normalizadas. Mesmo que a gente saia do isolamento a gente sabe que teatros, cinemas, até a gente voltar a trabalhar normalmente isso vai demorar muito mais. O segundo ponto dessa lei é, o principal, é auxílio também a espaços culturais de pequeno porte. Estamos falando principalmente dos espaços que ficam nas periferias, periferia da capital, na periferia do estado, quer dizer, nos outros municípios. São espaços muitas vezes que chegam onde o poder público nunca chegou, espaços culturais esses que tem uma importância gigante pra sociabilidade dos seus bairros, das suas regiões, dos seus territórios.

Então a lei está apoiada nesses dois pilares. Só completando, eu acho que tem essa característica que é diferente do projeto de lei nacional, que é tanto para os espaços quanto para os trabalhadores individualmente, a ideia é que esse auxílio fosse dado durante mais tempo, enquanto as atividades não puderem voltar à normalidade.

Esse PL foi protocolado, teve uma grande mobilização, gigantesca. A gente abriu uma página no instagram, em pouco tempo tinham milhares de pessoas apoiando, mandando vídeo, inscritas nessa página, então assim, a gente chegou a contar com sete mil pessoas, inclusive de fora do estado de São Paulo que acharam que era importante apoiar o projeto.

A mobilização ainda está presente, claro que agora nesse momento com a aprovação da Lei Aldir Blanc a gente teve que voltar os nossos esforços pra regulamentação dessa lei nos estados e municípios, mas esse PL ainda se faz bastante necessário, até porque nós sabemos que a quantidade de trabalhadores que tem no estado de São Paulo é muito grande e que muito provavelmente, assim, mesmo a Lei Aldir Blanc não consiga até por conta de algumas características específicas dar conta de todo mundo, então a mobilização desse PL é importante. Ele ainda está pra ser votado, não foi apreciado ainda. Tudo ficou parado na Alesp, apenas foi votado uma proposta que foi uma conjunção de diversos projetos de vários deputados, mas os PLs individualmente ainda estão sendo muito lentamente colocados pra apreciação e votação. PLs que eu estou dizendo, emergenciais, dos deputados.

Descreva o que é a Lei Aldir Blanc, qual o público-alvo e como serão disponibilizados os recursos da referida lei.

A Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc ela é uma reunião de diferentes projetos, iniciativas do legislativo de apoio ao setor cultural. Então, como o primeiro projeto a ser protocolado no Congresso foi o de número 1075, quando a relatora fez a proposta de junção dos vários projetos, a lei recebeu o número do primeiro projeto protocolado que foi o 1075, mas o Projeto de Lei 1089, ou o 1251, o 1365, todos são complementares e foram acoplados aí ao 1075 e aí se transformou na lei Aldir Blanc, que recebeu esse nome tão bonito. O que é que prevê a lei? A lei prevê uma renda emergencial mensal de R$ 600,00 por três meses aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura com atividades interrompidas e um subsídio mensal entre R$ 3.000,00 e R$10.000,00 pra manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas, pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições, organizações culturais comunitárias que também tiveram as suas atividades interrompidas.

Os recursos previstos pra lei federal, segundo a defesa que foi feito e realmente se chegou à conclusão que essa verba já existia, esses recursos eles já faziam parte, uma deles estava dentro do fundo nacional de cultura, quer dizer então, são recursos que a união não teve que dispor de mais recursos, mas eram recursos que já estavam alocados em fundos que eram fundos referentes à cultura mesmo no âmbito federal. Então são R$ 3 bilhões de reais que vão ser divididos da seguinte maneira: R$ 1,5 bilhão vai ser repassado aos estados e R$ 1,5 bilhão repassado aos municípios. Estados e municípios vão receber essa verba e vão ser responsáveis então de fazer com que ela chegue através de auxílio individual na mão dos trabalhadores e que chegue através também de um subsídio aos espaços entre R$ 3 e R$ 10 mil reais. Além disso, 20% desse total tem que ser usado pra criação de editais, editais públicos de cultura.

Têm outros benefícios previstos na Lei Aldir Blanc que são linhas de crédito realizadas por instituições financeiras federais para o fomento de atividades, aquisição de equipamentos, renegociação de débitos em condições especiais. Essa linha de crédito é destinada a pessoas físicas, mas também microempresas, empresas de pequeno porte.

Quando a gente fala de empresas, só pra a gente entender, esses espaços culturais que tem direito à lei, por exemplo, falando de espaços culturais, eles não são espaços culturais criados pela administração pública e nem teatros ou casas de espetáculos com financiamento exclusivo de grupos empresariais. Então, quando a gente fala desse auxílio de R$ 3 a R$ 10 mil tem uma especificidade, agora, as linhas de crédito não, elas são assim pra trabalhadores do setor cultural, mas também pra essas microempresas.

Tem alguns resumos que falam sobre as formas de pagamento desses débitos e tal, acho que não vale a pena a gente entrar nos detalhes aqui, mas a Lei Aldir Blanc também fala sobre a possibilidade de se prorrogar automaticamente por um ano os prazos pra aplicação dos recursos de projetos que captaram através das leis de incentivo e da realização dessas atividades culturais. Isso é superimportante porque essas pessoas elas já captaram, elas tem que prestar contas desse dinheiro que foi captado, mas elas estão impossibilitadas de fazer as suas atividades por conta da pandemia, então elas tem um prazo prorrogado automaticamente por um ano.

Na lei também fala sobre o adiantamento de recursos, a possibilidade de antecipação da execução de recursos de apoio a fomentos já previstos pra ações artísticas e culturais, mesmo que a sua realização só possa ser possível após o fim do estado de calamidade. Fala também sobre ações virtuais, fomento de atividades culturais que possam ser transmitidas pela internet. Enfim, tem uma série de outros benefícios que estão dentro da lei que são importantes também de serem levados em conta. Antes de partir para a próxima questão é importante a gente falar dos desafios, dos próximos passos. Bom, depois que foi aprovada na Câmara e no Senado, passou pela sanção do presidente, foi sancionada e hoje mesmo – 10 de julho de 2020 – saiu uma medida provisória que autoriza o pagamento dessa verba.

Agora o que está gerando uma grande mobilização, isso é muito positivo, em estados e municípios é a formação de comitês, comitês que são formados por poder público, mas também pela sociedade civil organizada, pra conseguir ajudar na gestão dessa verba, na forma como essa verba vai chegar nos estados e municípios, e na fiscalização disso tudo.

Então, tem que haver um repasse de recursos aos estados e municípios, e a princípio isso se faz através dos fundos de cultura municipais e estaduais, só que como as pessoas que escreveram a lei sabem, muitos municípios não tem nem sequer secretarias de cultura. A lei abre uma brecha pra que o poder público possa receber essa verba e destinar para as ações de culturas sem necessariamente ter um fundo ou passar por um fundo, mas a recomendação, principalmente em São Paulo, é que se o fundo não existe, que esses fundos sejam criados rapidamente. Agora, esse processo não é fácil, a gente sabe que tem todo um debate sobre o sistema nacional de cultura. A implementação desse sistema era uma ideia bastante avançada. Assim como a gente tem o SUS, a gente tem o sistema de cultura, então todos os estados e municípios deveriam ter implementado seus sistemas estaduais e sistemas municipais.

O sistema ele contém justamente, faz parte do sistema, a elaboração, criação, formatação de um fundo de cultura e de um conselho de cultura. Quer dizer, o sistema ele funciona a partir dessa tríade, a secretaria de cultura, o fundo e o conselho, mas a gente sabe que esse processo está muito atrasado, então a gente tem um enorme desafio.

O primeiro desafio é esse cadastro, porque terão direito ao auxílio individual e ao auxílio para os espaços quem estiver cadastrado, quem estiver em alguma plataforma pública com o seu espaço cultural ou individualmente cadastrado. Então, vários dos municípios não tem esse cadastro.

A gente tem tido nos últimos meses uma preocupação muito grande dos centros de pesquisa. O IBGE fez uma pesquisa grande sobre a cultura no Brasil. O número de instituições que são ligadas à culturas, trabalhadores, quem está empregado, quem não está empregado, tem muita coisa assim acontecendo nesse sentido no último ano mesmo, mas a gente sabe que ainda está muito defasado. Então, neste momento o que está acontecendo é que estão sendo formados comitês. Os movimentos de cultura tem se aproximado, tem chegado junto das secretarias de cultura, quando há um diálogo, ou tem se aproximado de parlamentares, de vereadores, de deputados e deputadas, das comissões de cultura que existem nos seus municípios ou nos estados pra que juntos possam criar comitês, através dos seus conselhos de cultura, quando tem conselho, pra que juntos possam criar comitês de regulamentação e de fiscalização dessa verba que virá.

Então esse é o momento que a gente está vivendo agora exatamente e no meio do calendário eleitoral nos municípios. Então quer dizer, é uma correria danada. A primeira coisa é conseguir plataformas de cadastro ou plataformas que já existem, que tem que estar abertas e reabertas, incentivar as pessoas a se cadastrarem ali, ou criar essas plataformas, porque a gente sabe que muitos artistas já estão cadastrados porque concorrem nos editais, etc. e tal, mas muitos dos trabalhadores que são ligados a parte técnica não estão cadastrados. Então tem um esforço enorme aí dos municípios pra que esse cadastramento aconteça.

Pessoas que receberam o auxílio emergencial do governo federal, recebam algum outro tipo de benefício ou possuam renda superior a meio salário mínimo poderão concorrer e/ou acessar os benefícios disponibilizados pela lei?

Tem uma questão que eu acho importante colocar que é o seguinte, pra ser aprovada no Senado a lei 1075, PL 1075, a Lei Aldir Blanc teve que sofrer algumas modificações e uma delas foi o fato de os trabalhadores da cultura, também incluídos agora, de certa forma vão receber o mesmo valor da renda básica emergencial que todos os trabalhadores receberam, R$ 600 reais. Justo, a gente acha pouco, na verdade eu acho que tinha que ser um salário mínimo pra todos os trabalhadores e trabalhadoras de todos os setores. Mas enfim, que seja os mesmos R$ 600 reais, esses seiscentos reais vão ser pagos durante só três meses, que foi o período que os demais trabalhadores de outros setores receberam também, com possibilidade de prorrogação.

Foi prorrogado agora pelo Governo Federal, só que as regras pra receber esse auxílio são as mesmas regras dos demais trabalhadores. Por que isso é um problema? Porque na nossa área, a área cultural, muitas vezes a gente não tem uma regularidade de salários e uma das regras pra que você possa receber o auxílio de R$ 600 reais é que o seu imposto de renda em 2018 não tenha sido maior do que R$ 28. 544 reais e alguns centavos.

O que acontece conosco, com quem trabalha com cultura é que às vezes, num determinado ano, vamos supor, você ganha um edital, esse dinheiro entra na sua conta e aí você estoura esse valor de R$ 28 mil reais em 2018. Agora isso não quer dizer, bom, muito obviamente não quer dizer que você é uma pessoa rica ou classe média alta, até porque muitas vezes esse dinheiro às vezes entra na conta de uma pessoa mas é distribuído pra outras pessoas, enfim, mas esse não é o principal fator. Na verdade, mesmo que entre na sua conta, você ganhou aquela verba durante o ano de 2018, o ano de 2019 você pode não ter ganhado nenhum edital, porque a nossa atividade é uma atividade intermitente, então no ano de 2019 você não ganhou nenhum edital e mesmo assim você não tem o direito de receber o auxílio de R$ 600 reais, mesmo que você esteja na miséria, esteja dois anos sem ganhar edital e sem ter um valor razoável de imposto de renda pago, de rendimento no final do ano.

Então isso vai sim deixar muita gente de fora, ou seja, quem já acessou os R$ 600 reais como autônomo, têm muitos artistas que já acessaram como autônomos esses R$ 600 reais, conseguiram colocar lá e acessar, mas quem não acessou por conta desses impedimentos, do valor de imposto de renda em 2018, por exemplo, vai continuar sem poder acessar, porque a gente está obedecendo as mesmas regras dos demais trabalhadores, mesmo que existam especificidades na nossa profissão que não necessariamente existem nas outras, mas enfim. É isso, essa foi uma das questões que foram negociadas, inclusive pra passar no Congresso.

Artistas, professores ou espaços destinados ao ensino das artes se enquadram nos requisitos para acesso à Lei Aldir Blanc?

Eu vou ser bem didática, estou até pegando aqui um material que foi lançado, um resumo da lei e vou dizer pra vocês quais são as definições de espaço cultural, que podem pleitear esse auxílio de R$ 3 a R$ 10 mil reais. São pontos e pontões de cultura; teatros independentes; escolas de música, de capoeira, de artes e estúdios; companhias e escolas de dança; circos; cineclubes; centros culturais, casas de cultura e centros de tradição regionais; museus comunitários; centros de memória e patrimônio; bibliotecas comunitárias; espaços culturais em comunidades indígenas; centros artísticos e culturais afrodescendentes; comunidades quilombolas; espaços de povos e comunidades tradicionais; festas populares, inclusive o carnaval e o São João, e outras de caráter regional.

Ainda nessa definição do que é esse espaço cultural, teatro de rua e demais expressões artísticas e culturais realizadas em espaços públicos; livrarias, editoras e sebos; empresas de diversão e produção de espetáculos; estúdios de fotografia; produtores de cinema e audiovisual; ateliês de pintura, moda, designer e artesanato; galerias de arte e fotografias; feiras de arte artesanato; espaços de apresentação musical; espaços de literatura, poesia e literatura de cordel; espaços e centros de cultura alimentar de base comunitária, agroecológica de culturas originárias, tradicionais e populares; outros espaços e atividades artísticas e culturais validados nos cadastros municipais. Ou seja, é muito abrangente.

Quem não pode concorrer, quem não pode receber? Espaços culturais vinculados ou criados pela administração pública de qualquer esfera; fundações, institutos ou instituições criados ou mantidos por grupos de empresas; teatros e casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais e espaços geridos pelos servidores sociais do Sistema S. Então isso com relação ao espaço. Quanto a trabalhadores da cultura, entende-se por trabalhador e trabalhadora da cultura toda pessoa que participa da cadeia produtiva de seguimentos artísticos e culturais, incluindo artistas, produtores, técnicos, curadores, oficineiros e professores de escola de arte.

O que deve ser feito para acessar os recursos disponibilizados pela Lei de Emergência Cultural (PL 1075/2020)?

É o que eu falei, já de certa forma adiantei, tanto as pessoas quanto os espaços tem que estar cadastrados em alguma plataforma, de preferência municipal e estadual, e aí cada cidade, cada estado tem que se inteirar, saber como a coisa está se organizando no seu estado e no seu município pra que possa se integrar, se cadastrar se não estiver cadastrado. Isso é um trabalho hercúleo, não é fácil, mas pelo menos no estado de São Paulo a gente tem uma equipe que está se encontrando, equipe que eu estou falando gente dos movimentos, que está se encontrando regularmente. Em São Paulo, o povo que está desde o início na batalha pela lei de emergência cultural tem feito encontros toda sexta-feira de manhã, e lá estão se tirando comitês. Um comitê na verdade, um comitê que vai tentar se integrar ao comitê criado no estado de São Paulo. Quer dizer, o governador na verdade ele quer trabalhar, ele já anunciou, o secretário de cultura, que vai trabalhar com o Conselho Estadual de Cultura e talvez abra algumas vagas pra que outras pessoas integrem esse comitê, mas para os movimentos sociais, os movimentos de cultura, isso não é o bastante porque a gente não se sente representado por esse conselho de cultura que foi um conselho de cultura formado única e exclusivamente pelas indicações do governador, então ele não é representativo do setor cultural, principalmente de todos esses trabalhadores que estão na base. Então a nossa luta agora é justamente pra fazer com que um comitê da sociedade civil seja integrado aí nesse comitê da Secretaria Estadual de Cultura pra poder fazer todo esse trabalho com relação à verba que vai entrar.

Nos municípios a mesma coisa né, no município de São Paulo, a gente sabe que saiu já um decreto do secretário de cultura Hugo Possolo definindo um número x de pessoas pra comporem esse comitê. Metade da sociedade civil e metade do poder público, sendo que essa metade da sociedade civil também em última instância é escolhida pelo, a gente pode mandar indicações de nomes, mas em última instância é escolhido pelo secretário.

Então essa também é uma outra batalha aí do movimento de cultura. É fazer com que a sociedade civil, que as pessoas que estão organizadas possam realmente pleitear essas vagas aí nesse comitê de regulamentação da lei, das verbas da lei, sem necessariamente ser aprovado pelo secretário, mas que seja a sociedade civil que aprove esses nomes e que o secretário somente acate.

Existe algum fator relevante, sugestão e/ou crítica a respeito da Lei Aldir Blanc que você acredite ser importante registrarmos nessa entrevista? Apresente.

O que eu gostaria de dizer por último é que foi uma imensa vitória! Uma imensa vitória a gente conseguir aprovar essa lei no âmbito federal e foi o fruto de muita luta. Muita luta tanto dentro do parlamento quanto fora de pressão de trabalhadores da cultura. Então é a primeira coisa que a gente tem que parabenizar, nos parabenizar e parabenizar principalmente as pessoas que estiveram à frente desse processo. Se por um lado a gente está vendo o estado de precariedade em que o setor cultural está, que aparece latente na nossa cara nesse momento o quanto a gente está muito atrasado na implementação dos sistemas, do sistema nacional, estadual, municipal de cultura, a gente está tendo que correr atrás disso com muita rapidez pra que essa verba chegue aos estados, municípios, então eu acho que tem um saldo positivo. Claro, está todo mundo muito cansado agora nesse momento tendo que fazer esse trabalho que não foi feito em anos muitas vezes, fazendo um trabalho que era um trabalho do poder público que o poder público não fez. Os trabalhadores estão se unindo, dessa área, pra fazer esse trabalho tanto de cadastramento quanto de voltar os debates sobre o sistema, sobre os conselhos de cultura, os fundos etc., e isso é um saldo que vai ficar pra além desse momento da pandemia. Isso vai ficar pra a gente como um saldo de organização que vai nos ajudar muito enquanto setor, enquanto categoria de trabalhadores a fazer as lutas que virão por aí, porque não serão poucas. A gente sabe muito bem que a gente vai ainda passar por muitos momentos de dificuldade. Então acho que essa é a minha observação, acho que a gente tem aí a oportunidade de crescer muito enquanto organização. Pra terminar, só com relação a 253, também é uma batalha gigante, foi uma forma que a gente conseguiu se organizar aqui no estado de São Paulo. É importante destacar a presença, o quanto o funcionamento do parlamento junto com os movimentos sociais é a única forma de fazer política mesmo. A gente tem que ocupar a política. A gente não pode abrir mão, deixar a política só pra quem diz que sabe dela ou votar de tantos em tantos anos e achar que a gente está ali representado. Não, a política é um espaço que a gente tem que ocupar o tempo inteiro!

POESIA NA LEI DO CARDÁPIO CULTURAL DO DIA D

Augusto Neto[1]

Lei Aldir Blanc

Ressurge

Para acudir o BRASIL PROFUNDO

Que há muito míngua com suas RENDAS, com seus PONTOS e com suas FONTES

A Aldir vai abrir os baús culturais sem fundos

Dar meio aos que não têm MEI,

Aos não que tem Cadastro Único,

Aos que não tem CPF e CNPJ fortes,

Aos que não tem nenhuma Nota FISCAL, nem Nota Promissória...

Aos que perderam seu RG

Mas carregam suas Identidades no corpo, na voz, na mente, na alma, na sua ARTE e no seu coração.

Adentro e afora,

Nesta emergência de ação e louvação

Para espantar a peste

Desta malfadada hora

E salvar da garras de inanição: os mestres, os brincantes, os ambulantes, os cordelistas e repentistas da nossa NAÇÃO.

[1] Augusto Neto: Arte-Educador; Poeta; Ator; Autor e Diretor Teatral; Professor de Teatro, Especialista em Linguagens Artísticas na Educação e em Linguagem Teatral; Gestor Educacional e Cultural; Ex-presidente da Federação de Arte Educadores do Brasil/FAEB e da Associação dos Arte-Educadores do Distrito Federal/ASAE-DF; Representante da Federação de Arte Educadores do Brasil no Estado do Piauí; Articulador da Associação Piauiense dos Arte-educadores/Núcleo ANARTE/PI; Grupo Pró Arte-Educadores do Piauí.
E-mail gusted8@yahoo.com.br; Contato: (86) 98884-2516 e (86) 99463-5246

O PONTO QUE CONVERGE

carvão, tinta acrílica, linha e grafite, 2020

Joyce Gomes[1]
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

Meu nome é Joyce Santos Gomes, tenho 24 anos e resido em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Sou graduanda em Artes Visuais pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFSM). O trabalho que lhes apresento, intitulado "O ponto que converge", é fruto de um longo processo criativo, de leituras acerca da mulher negra na arte, na política, na capoeira e na religião que por si só em representatividade nestes espaços é o ponto que converge.

É importante identificar em nós mesmas/os tantos aspectos híbridos que permeiam nosso pertencimento e despertencimento à América Latina. O que estou a dizer é que a formação de nossa subjetividade e o modo como operamos em coletividade são atravessados pelo colonialismo/colonialidade dos saberes. Aparentemente estamos marcadas/os pelo "esteio do latifúndio", mas quando olhamos cautelosamente para a história de África e dos povos Indígenas, desabrocha em nós a firmeza necessária para valorizar a cultura de nosso corpo ancestral e as costuras feitas ao longo dos dias de nossa subjetividade em relação ao isolamento social, resultante da Pandemia (COVID 19), cabe a oportunidade de refletir sobre nascimento, vida e morte.

Neste sentido, minha intenção com este desenho – cujo suportes se desvencilha de certa tradição, trata-se do caderno de Artista, expande o desenho para a experimentação com outros materiais durante o cotidiano – evoca a resistência da mulher negra, sua espiritualidade, sua força negra ligada à natureza com a linha que costura fragmentos da existência. Assim, eu também sou este corpo negro ali verbalizado em forma de desenho, colagem e carvão, corpo que busca contar sua própria história, mas não em fragmentos "razoáveis" como faz a branquitude em seu olhar imperial-colonial-civilizatório-cristão, o qual se coloca externo à natureza (sempre em condição de dominá-la), mas sim com um olhar que sabe ser integrante de um elemento pluriversal da natureza: tudo vem dela e tudo volta para ela.

[1] Estou Joyce Santos Gomes, 24 anos de vida, nasci em Embu das Artes e moro em Campo Grande/ MS desde 2016. Graduanda em Licenciatura no curso de Artes Visuais (UFMS), pesquiso a capoeira no Mato grosso do Sul. Me reconheço como mulher negra, capoeirista, umbandista e militante do Movimento Negro na Arte/educação. https://orcid.org/0000-0001-8109-5491 Email: joyce.gomes@ufms.br. Endereço institucional: Cidade Universitária, Av. Costa e Silva - Pioneiros, MS, 79070-900.

Desde o dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde classificou o novo coronavírus Covid-19 como pandemia. As desigualdades se mostram em uma perspectiva interseccional. Sem esta ótica, não teríamos noção verdadeira do quadro. O enfrentamento da população negra na luta por acesso a saúde é historicamente autônoma do movimento negro, e preza pela sensibilização e mobilização de pessoas não negras na causa.

Segundo Fayga (2014) "A natureza criativa do homem se elabora no contexto cultural". Considerando minha posição no mundo em uma realidade social desigual, represento através da arte a realidade social que estou inserida. Esta realidade atual, demonstra os piores índices de morte por COVID 19, e que afeta diretamente a população negra: atingindo sobretudo as mulheres negras. População esta que se encontra majoritariamente vivendo nas periferias em moradias insalubres, amontoados, com grande número de pessoas por cômodos, sem acesso a saúde pública ou saneamento básico, trabalhando na informalidade, a fim de prover às suas necessidades mesmo que isso signifique se expor ao risco de infecção do vírus.

Quem são as mulheres que ainda trabalham como domésticas para pessoas mais abastadas? Qual o seu nome ou história ? Falo sobre o racismo estrutural que evidencia a subalternidade a qual a população negra está submetida, reafirmando a infecção e morte que esta está associado com a adoção do projeto de desenvolvimento pautado na necropolítica.

No livro "Mulher, classe e raça" (DAVIS, 2016), a autora estadunidense faz um apanhamento histórico muito significativo para o embasamento teórico sobre a luta antirracista, sobretudo das mulheres negras. Davis (2016) nos sensibiliza para a mobilização quanto a garantia e a criação de políticas públicas reparadoras para os povos subalternizados, a fim de alcançarmos um Estado democrático com equidade, ascensão e emancipação para os povos Afro-ameríndios e em diáspora. Não é apenas pela precisão histórica que um estudo desses deve ser realizado; mas as lições que ele congrega sobre a era escravista apontam veredas sobre a luta atual das mulheres negras (DAVIS ,2016, p.17).

Se uma das funções da arte é qualificar a dinâmica da sensibilidade a nível social, como nós pesquisadores, artistas e arte/educadores, podemos conduzir nossos acessos estéticos para o encontro com a reflexão na construção de mundo consciente a conteúdos significativos, mas mais ainda, como podemos nos tornar agentes condutores de faculdade criativa e sensível durante a pandemia?

Valorizar artistas e artefatos afro-brasileiros talvez seja o primeiro passo. Nossos corpos em riste aspiram energia vital, *lócus* e *tropos* primordial da existência humana. Não somos iguais, mas ainda sim, um com a totalidade. O que nos separa é *o ponto que converge* a resistência pela arte.

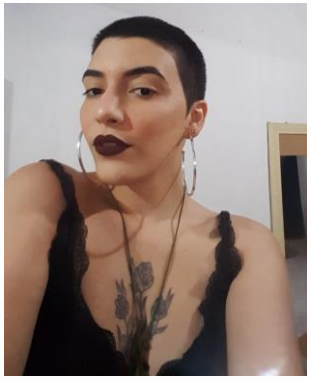
Referências:

OSTROWER,Fayga. **Criatividade e processos de criação** - Petrópolis, Vozes,2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

Scanned by TapScanner

POESIA A CARNE CRUA



Raiane Costa[1]
Universidade Federal do Tocantins (TO)

O projeto Poesia a carne crua que hoje circula pelo Instagram, faz a junção da fotografia e da poesia para falar sobre o corpo cotidiano feminino, que está sempre em transformação e que a gente precisa olhar com tanto cuidado e carinho. Para contar sobre o surgimento do projeto, se faz necessário falar sobre a minha trajetória de aprendizado com o meu corpo à partir dos 12 anos. Foi uma fase turbulenta de separação dos pais, mudança de casa, puberdade e adolescência na escola, descoberta da estima. Também nessa fase complicada da vida onde paixonites surgem, a insegurança toma conta e temos um corpo em desenvolvimento que a gente nem sabe o que fazer com ele. Dessa fase em diante, e depois de tantas experiências ruins com meu corpo e um psicológico traumatizado, o que na época não era motivo de preocupação, até mesmo por não haver consciência da minha parte sobre as consequências e reverberações disso no meu dia a dia, aprendi a lidar com cada cicatriz e dor que eu tanto carregava e que fazia parte de quem eu era. Os 18 anos por sua vez é uma fase de descobertas diferentes e do despertar da maturidade, um peso que na maioria das vezes nós mulheres sentimos desde que nascemos.

Observei então, com o passar dos anos que os problemas pelos quais passei não eram exclusivos a mim e que muitas meninas e mulheres também passavam por isso, acarretando no desempenho da sua estima e compaixão por si um amplo espaço para a insegurança, a vergonha e até o medo do olhar do outro. Este então foi o momento em que encontrei uma maneira de verbalizar para essas mulheres que elas não estavam sozinhas, que o apoio mútuo entre nós é importante, mas principalmente que o olhar-se no espelho e ter cuidado, carinho e consciência consigo mesmo é fundamental. A escrita sempre fez parte da minha vida de forma efetiva. A ideia então que surgiu foi a de usar a fotografia e a poesia para falar sobre esses anseios, sobre a dor e a beleza de aprender algo todo dia com esse corpo cotidiano que nós carregamos, corpos esses cheios de marcas, de cicatrizes e que tanto precisamos amar, amando cada parte como é, mas que na maioria das vezes não é valorizado como é de fato: “poesia a carne crua”.

[1] Raiane Costa Oliveira tem 23 anos, nasceu em Itumbiara (GO), e atualmente mora na cidade de Palmas (TO). Faz o curso de Teatro na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Responsável pela criação do Projeto Poesia a carne crua e suas manutenções diárias.

A fotógrafa que encabeçou o projeto comigo é uma amiga e ex-colega de trabalho, Nathane Chrisóstomo. Hoje pela distância entre cidades nós não trabalhamos mais juntas. Expliquei a intenção da articulação entre poesia e fotografia para falarmos sobre mulheres que estão entre nós e que também precisam de atenção e de um aconchego no coração.

Realizamos sete ensaios fotográficos durante o período em que morei em Itumbiara - GO. Em 2018, me mudei para Palmas-TO para estudar (licenciatura em teatro) e tive que procurar uma nova fotógrafa para continuar realizando os ensaios e o projeto em si. Então, um ano depois, convidei Beatriz Ayres, uma colega de sala para trabalhar comigo e darmos prosseguimento aos trabalhos que nos relata sua experiência e contato com o projeto, conforme podemos observar a seguir:

Desde pequena tentei ver o mundo da minha forma particular, então decidi acompanhar as tecnologias do mundo comecei a fotografar com os recursos que me eram disponíveis como o celular, mostrando através das lentes a sensibilidade do viver e do mundo. O Projeto "Poesia a Carne Crua" é uma forma de mostrar a beleza de nós, mulheres, como realmente somos, na forma mais natural e vivida que temos. Juntas, captamos poesia e fotografia falando das nossas individualidades como mulher. (AYRES, 2020)

A partir deste encontro, realizamos três ensaios com mulheres palmenses e por meio deles, escrevo minhas poesias de forma intrínseca sobre suas lutas diárias, sobre o que aperta o peito, sobre os sorrisos que brotam em meio às dores de ser um ser político consciente todos os dias, sobre ser mulher.

Ao pensarmos o momento atual em que estamos passando, a pandemia, e relacionarmos com o propósito deste projeto, consideramos que o ficar em casa nunca foi tão desafiador para o nosso psicológico, também quando se trata dos nossos corpos. Consideramos importante ressaltar, a nosso ver, que apesar desses fatos sempre serem recorrentes socialmente, com a ocorrência da pandemia pela Covid-19, muitas mulheres estão sofrendo diariamente com o aumento de abusos psicológicos, tanto no ambiente da internet, espaço este que estamos mais conectados nesse momento, quanto físicos junto às pessoas que convivemos, ou seja, nossos pais, irmãos, namorados(as), amigos(as) ou cônjuges, de modo geral.

Beatriz Ribeiro Ayres tem 21 anos, nasceu em Brasília (DF) e atualmente mora na cidade de Palmas (TO). É mãe e estudante de Direito na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Milita em Direitos Humanos, principalmente nos direitos da infância e das mulheres, é amante das fotografias e auxilia na produção visual do Projeto Poesia a Carne Crua.

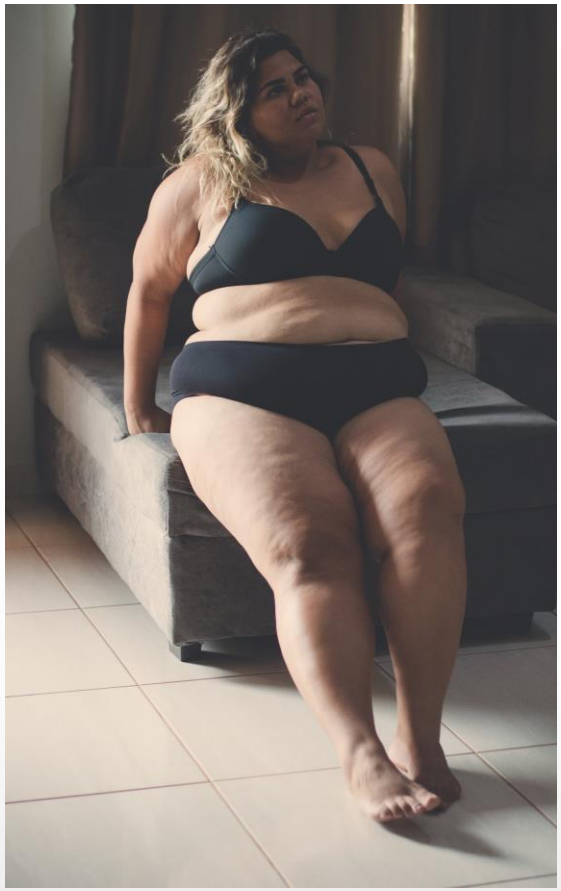
De forma intrínseca, muito daquilo que são chamados apenas de "comentários" podem nos abusar e afetar psicologicamente. Por exemplo, uma das frases que mais ouço queixas e vivencio são: "Nossa você engordou né?! Mas é a pandemia." (risos); "Essa pandemia tem engordado todo mundo, mas dá pra você fazer uns exercícios em casa, certo?!".

Muitas dessas pessoas que reproduzem frases como estas, não têm a consciência de que esse tipo de "comentário" pode se somar a outros fatores pessoais e psicológicos, além, é claro, de estarem completamente impregnados de preconceito, pois estão inferiorizando corpos gordos, contribuindo para a gordofobia, por exemplo, que ainda tem sido um tabu a ser quebrado. Felizmente, vemos dia a dia que as mulheres estão ganhando voz e estão ativamente posicionadas para o enfrentamento e diálogo a respeito de temas dessa natureza.

Acompanhar o trabalho efetivo de outras mulheres tem sido para mim fonte de inspiração e encorajamento para continuar escrevendo poesias e me posicionar no mundo. O projeto não tem como propriedade bases teóricas e/ou acadêmicas, apesar de nossa vivência perpassar por esses caminhos e de certa forma direcionar nossos olhares e ações, mas tem como objetivo maior retratar o corpo e a presença feminina de forma sensível, usando do nosso cotidiano e das nossas vivências individuais. Este caminho a nosso ver, parece imprescindível para nos aproximarmos de quem somos cotidianamente, de forma real, assim como, nos auxilia no acolhimento de mulheres comuns e na abertura de espaços/diálogos voltados para a representatividade de dessas mulheres. No entanto, isso não impede aprofundamentos teóricos e/ou futuros estudos e pesquisas a respeito de como o projeto reverbera efetivamente no cotidiano e na vida das pessoas, já que estamos diante de um trabalho que lida expressividade humana e com a Arte enquanto forma de expressão.

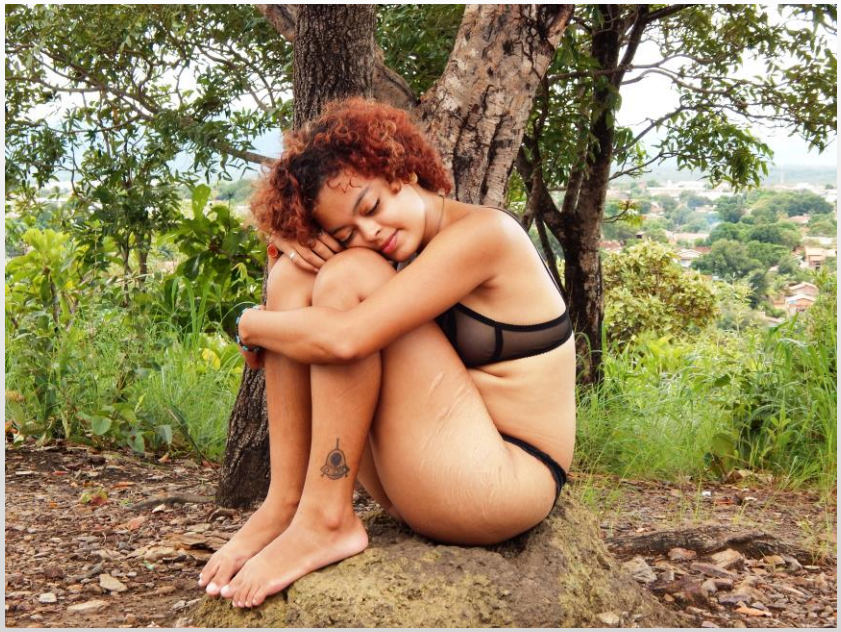
"Se livre das amarras mulher, você é linda"
Por: Raiane Costa Oliveira
Responsável pelo projeto @poesiaacarnecrua

São tempos difíceis, não há como negar. Turbilhão de sensações no meio de um caos mundial.
O medo abre espaço entre minhas veias, me olho e não me vejo
Nesses dias que o amor tem de prevalecer.
Deve.
Você chegou até aqui.
Abrace quem está nessa com você.
Prossiga com firmeza.
Respire fundo e mantenha a calma.
Não abaixe sua cabeça.
Tenha delicadeza ao se olhar.
Ame-se.
Nós estamos aqui.
Poesia: @_deumerda
Fotografia: @nathanechrisostomo

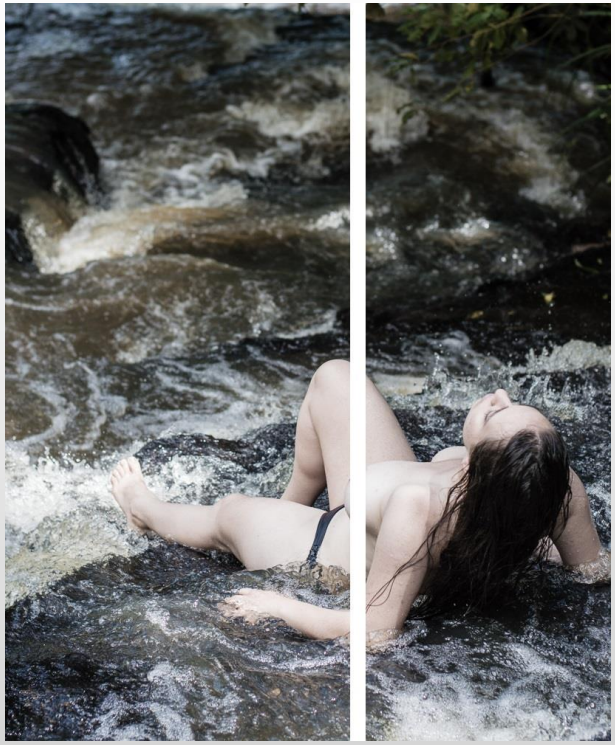


Saudade causa incômodo físico, eu sempre digo.
Seu cotidiano virado, seus dias fora de rotina e saídas repentinas. Sua escova fora de lugar e suas roupas que não são suas.
O cheiro da cama diferente, seus olhares repentes e sua risada solta.
Saudade causa incômodo físico.
Mão na boca, boca na boca, suor no pescoço e abraço sem fim.
Já incomodou-se hoje?!
Poesia: @_deumerda
Fotografia: @nathanechrisostomo

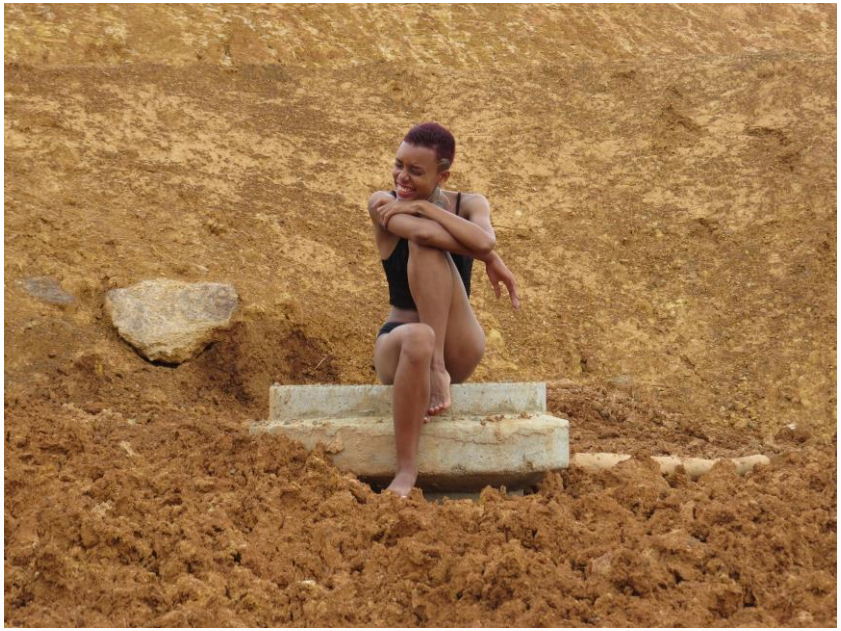
É perfeitamente natural a guerra cotidiana com o espelho. Com tantas informações dispostas. Mas aprender a lidar com essas gostosuras, com as formas e traços que nos caracterizam é gradativamente saboroso.
Evolução dura, mas necessária.
Amar-se em todos os cantos.
Fotografia: @eubeatrizayres
Poesia: @_deumerda



E de frente ao espelho,
Notei cada traço que me fazia,
cada cicatriz que me enfeitava, tentando achar a razão da minha tristeza.
E, quando eu me dei conta da liberdade que eu tinha em mãos, eu revivi.
E, não mais tive vergonha de ser o que eu sou.
Mulher!
Cheia das mais belas marcas que contam a minha real fragilidade.
E meu bem, ela não existe.
Poesia: @_deumerda
Fotografia: @nathanechrisostomo



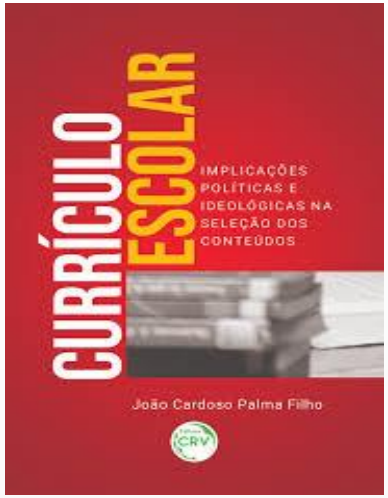
A experiência sensível ultrapassa a palavra.
O contato comigo de frente ao espelho, revelou singularidades que constroem esse emaranhado confuso de eu.
Ser o que se é, e amar-se em todos os cantos,
dia
por
vez.
Poesia: @_deumerda
Fotografia: @eubeatrizayres



Entre becos e vielas escondemos nosso corpo como quem guarda algo que jamais deveria ser visto.
Qualquer olhar é motivo do coração bombear mais sangue.
Quando no destino, sempre a dúvida sobre me sobressair ou não na mesa. Calada demais é recuo, alta de mais?! Parece não ter porquê.
Presa dentro de mim, às vezes.
Em casa, junto de quem me acolhe o peito, qualquer toque em zona de risco é contração. Nem sei de onde essa sensação.
A rua me deixou esperta como não deveria.
A meia luz me trás o conforto de não ser notada como devo ser.
Mas não fazemos amor?!
Fazemos.
Poesia: @_deumerda
Fotografia: @eubeatrizayres

DIVULGAÇÃO

João Cardoso Palma Filho



Licenciado em História Natural, Pedagogia e Direito. Mestre e Doutor em Educação (Supervisão e Currículo) pela PUC/SP. Pós Doutor em Política Educacional pela Faculdade de Educação da USP. Membro do Conselho Estadual de Educação nos períodos de 1985-1994 e 2003-1016. Secretário Adjunto de Educação do Estado de São Paulo (2011-2013) Coordenador do Fórum Estadual de Educação (2013-2015). Membro Titular da Cadeira nº 32 da Academia Paulista de Educação

SINOPSE

Com o fim do Ato Institucional nº 5 (AI 5), o país inicia um demorado processo de redemocratização, que desemboca na eleição para Presidente da República em 1989. Antes veio a Anistia Política e a eleição dos governadores em 1982.
No Estado de São Paulo foi eleito André Franco Montoro pelo MDB com apoio de outros grupos políticos. Montoro nomeia para Secretário da Educação Paulo de Tarso Santos que fora ministro da educação no Governo do Presidente João Goulart, derrubado pelo golpe de estado de 1º de abril de 1964, instalando no país, inicialmente um regime autoritário que a partir de dezembro de 1968 se transforma numa autêntica ditadura civil-militar.
Na gestão do Secretário Paulo de Tarso inicia-se o processo de reorganização do então ensino de primeiro grau, instituído pela reforma de ensino de 1971, por meio da Lei 5.692.
Inicialmente, o governo estadual reúne em um único ciclo de estudo (CB) as duas primeiras séries, com a finalidade de impedir a retenção do aluno no final do primeiro ano de estudos.
Como consequência dessa medida e com a intenção de transformar o sistema seriado em três ciclos de estudos, a Secretaria da Educação inicia a reforma dos conteúdos curriculares, o que faz por meio de ampla discussão com os profissionais em exercício na rede estadual, durante o período de 1983 a 1987, quando são publicadas as propostas curriculares para o ensino de primeiro grau, atualmente ensino fundamental de nove anos.
É esse processo que o leitor encontra descrito e discutido no presente livro.

EDITORA CRV (https://editoracrv.com.br/)

DIRETORIA FAEB 2019/2020

Roberta Puccetti
Presidente
Juliano Casimiro de Camargo Sampaio
Vice-Presidente
Ana Del Tabor Vasconcelos Magalhães
Diretoria de Relações Institucionais
Eliane Aparecida Andreoli
Diretoria Financeira
Sidiney Peterson Ferreira de Lima
Diretoria de Relações Internacionais

COLABORADORES DO BOLETIM FAEB
JULHO/2020
Fernanda Azevedo
Augusto Neto
Raiane Costa
Joyce Gomes

PROJETO GRÁFICO
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA E DIAGRAMAÇÃO
Eliane Aparecida Andreoli
Amanda Diniz Gonçalves

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DE EVENTOS
REDE DE REPRESENTANTES

CONTRIBUA COM NOSSO BOLETIM!
Sugestões e/ou disponibilidade para ajudar na produção, contate-nos:
boletim.faeb@gmail.com